

VIOLENCIA E RELAÇÕES HUMANAS SOB A PERSPECTIVA DA ABORDAGEM CENTRADA NA PESSOA

*Márcia Elena Botelho Soares¹, Mayla Ferreira dos Santos Corrêa², Menkell Souza Rodrigues³,
Ana Caroline Oliveira Soares⁴, Thamires da Silva Leão⁵, Talita Lima dos Anjos⁶*

1 Universidade Federal do Pará. E-mail: marciasoares@ufpa.br

2 Universidade Federal do Pará. E-mail: maylacorrea4@gmail.com

3 Universidade Federal do Pará. E-mail: menkell.rodrigues@gmail.com

4 Universidade Federal do Pará. E-mail: carolineoliveira2111@gmail.com

5 Universidade Federal do Pará. Email: thamiresleao16@gmail.com

6 Universidade Federal do Pará. Email: talita.anjos@ifch.ufpa.br

RESUMO

Objetivo: Realizar uma revisão integrativa da produção científica brasileira, entre 2014 e 2024, sobre a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) e sua relação com o fenômeno da violência nas relações humanas. **Métodos:** A busca foi realizada nas bases PePSIC, SciELO, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES. Foram selecionados quatro estudos que compuseram o corpus da análise. **Resultados:** Observou-se predominância de estudos no campo da Psicologia Clínica. As produções permanecem ancoradas nas formulações originais de Carl Rogers, revelando lacunas quanto às atualizações teóricas da ACP. Constatou-se escassez de investigações longitudinais e qualitativas sobre a efetividade da abordagem em contextos de violência. **Conclusão:** A violência impacta significativamente os processos de subjetivação e adoecimento, e a ACP apresenta um modelo ético-metodológico com potencial de cuidado a vítimas. Entretanto, a produção científica na área ainda é limitada e centrada em uma perspectiva individual, indicando a necessidade de ampliação para contextos sociais, educacionais, organizacionais e de políticas públicas.

Palavras-chave: Violencia; Relações Humanas; Abordagem Centrada na Pessoa

VIOLENCE AND HUMAN RELATIONS UNDER THE THEORETICAL-

METHODOLOGICAL FOCUS OF THE PERSON-CENTERED APPROACH IN BRAZIL:

AN INTEGRATIVE REVIEW

ABSTRACT

Objective: To conduct an integrative review of Brazilian scientific literature, from 2014 to 2024, on the Person-Centered Approach (PCA) and its relation to the phenomenon of violence in human

relationships. Methods: A search was conducted in the databases PePSIC, SciELO, Google Scholar, and the CAPES Journals Portal. Four relevant studies were selected to compose the research corpus. Results: Most of the studies are limited to the field of Clinical Psychology. The theoretical discussions remain rooted in Carl Rogers' original propositions, revealing a lack of updated contributions to the PCA. There is also a shortage of longitudinal and qualitative studies addressing the effectiveness of the approach in situations involving violence. Conclusion: Violence significantly affects processes of subjectivation and psychological suffering, and the PCA offers an ethical and methodological framework capable of supporting victims. However, scientific production in the field remains scarce and focused on an individual-centered paradigm. There is a need to expand research toward interdisciplinary perspectives that consider the social subject, including areas such as Education, Organizational Settings, and Public Policy.

Keywords: Violence; Human Relations; Person-Centered Approach

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno multifatorial que provavelmente sempre esteve presente nas sociedades, desde o surgimento das instituições. No entanto, não deve ser encarada como algo inevitável ou natural. Entende-se por violência o uso de força física ou poder de maneira que possa causar dano a um indivíduo, grupo ou comunidade, levando em consideração a intencionalidade do ato e as relações de poder envolvidas⁽¹⁾.

A violência pode ser analisada a partir de diferentes tipologias. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica-a em três grandes categorias: violência autodirigida, violência interpessoal e violência coletiva. A violência autodirigida ocorre quando o indivíduo inflige dano a si mesmo, incluindo comportamentos suicidas e agressões auto-infligidas. A violência interpessoal refere-se à violência entre indivíduos, podendo ser dividida em violência intrafamiliar (quando existe vínculo familiar) e violência na comunidade (quando não há vínculo pessoal). Por fim, a violência coletiva é aquela praticada por grupos amplos e abrange a violência social, econômica e política⁽¹⁾.

Além da tipologia, é importante considerar a natureza dos atos violentos dentro de cada categoria. A violência pode manifestar-se de diferentes formas, como física, verbal, sexual, psicológica, ou por meio de privação e abandono. A violência auto infligida, por exemplo, se manifesta apenas de forma física⁽¹⁾.

A violência também varia conforme o contexto histórico e cultural. Sua análise de causalidade é ampla e complexa, pois se manifesta de formas distintas dependendo dos padrões de cada sociedade. No caso do Brasil, a violência está profundamente enraizada na história de colonização. Durante esse período, a violência foi uma constante, especialmente nas relações de poder entre diferentes classes sociais. O regime escravocrata foi um dos maiores marcos dessas relações violentas, perpetuando práticas de dominação e violência seculares. Além disso, valores e práticas sociais da metrópole foram importados para o Brasil, incluindo a lógica patriarcal que subjugava as mulheres e as ideias eugenistas responsáveis pela opressão e extermínio de determinadas populações. A adoção do modelo econômico capitalista também acentuou as desigualdades

presentes desde a colonização, cristalizando uma cultura que naturaliza práticas violentas, sustentadas pela subjugação e supressão de populações marginalizadas⁽²⁾.

Sob essa ótica, as violências no Brasil são dirigidas principalmente a populações específicas. Por exemplo, no que diz respeito à violência decorrente da lógica racista presente na sociedade brasileira, esta é uma violência coletiva, fruto de um processo histórico acumulado e que tem sido alvo de diversos estudos e políticas afirmativas. O racismo cria uma hierarquização entre diferentes raças, principalmente entre pessoas brancas e negras, resultando em uma distribuição desigual de recursos, incluindo a segurança. Estudos mostram que a vitimização de pessoas negras é significativamente mais alta do que a de pessoas brancas, colocando essa população em situação de risco⁽³⁾. O racismo se manifesta em diferentes níveis: pessoal e internalizado, interpessoal e institucional, afetando diretamente o acesso a recursos e oportunidades⁽³⁾.

A lógica patriarcal, que privilegia os homens em detrimento das mulheres, também reflete nas práticas violentas, especialmente em relação à violência sexual e psicológica. A violência sexual é caracterizada por qualquer ato sexual não consensual, podendo ser forçada por meio de violência física, manipulação psicológica ou uso de drogas. Além disso, crianças, por sua vulnerabilidade, são frequentemente vítimas dessa violência, que pode ser intrafamiliar ou extrafamiliar, dependendo da existência ou não de vínculo entre a vítima e o agressor⁽⁴⁾.

A violência psicológica, por sua vez, é uma das formas mais difíceis de identificar e notificar, mas que causa danos significativos à autoestima, identidade e desenvolvimento do indivíduo. Esse tipo de violência está frequentemente relacionado à supervalorização do homem dentro da sociedade, e é uma das formas de violência doméstica, com consequências profundas para a saúde mental da vítima.

Portanto, as formas de violência discutidas neste artigo, têm suas raízes nas relações de poder, criando uma dinâmica em que um lado se caracteriza pela dominação e o outro pela coisificação⁽⁴⁾. Embora abordadas separadamente, essas formas de violência se interconectam em suas manifestações e podem ocorrer simultaneamente.

Diante da complexidade e dos impactos da violência, é essencial adotar abordagens que promovam a escuta, o acolhimento e a restauração da dignidade das vítimas. A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), desenvolvida por Carl Rogers, propõe um olhar humanizado para aqueles que sofreram violência, reconhecendo sua capacidade de crescimento e superação, desde que estejam inseridos em um ambiente seguro e favorável.

A ACP se baseia em três condições fundamentais – consideração positiva e incondicional, a compreensão empática e a congruência – que sustentam o processo terapêutico e podem ser aplicadas em qualquer relação de cuidado. Ademais, outros conceitos e processos estão incluídos na relação terapêutica, entre eles está a empatia social, uma forma sociocêntrica de empatia que envolve a escuta da pessoa e de grupos considerando seu contexto social, cultural, econômico na complexidade da vida⁽⁵⁾. O processo da compreensão empática racial é fundamental pois exige o conhecimento das especificidades da subjetivização da pessoa negra, considerando também o

contexto de opressão e colonialidade sob o qual a sociedade foi construída; A Focalização é um recurso terapêutico em que a pessoa direciona sua atenção para as sensações do corpo e os seus significados⁽⁷⁾; E os recursos expressivos, fundamentados na proposta da Conexão Criativa, são meios pelos quais a pessoa expressa sua experiência, podendo ser a música, os movimentos, escrita e outros diversos recursos que são facilitadores de uma maior consciência de si.

De acordo com o pressuposto da tendência atualizante, todas as pessoas tendem ao crescimento, mas as condições do meio em que vive direciona esse crescimento. Caso não haja fatores perturbadores graves, essa tendência se orienta em direção à uma vida adulta saudável e com uma organização da experiência formada através de comportamentos satisfatórios⁽⁸⁾.

Com a tendência atualizante, a ACP não vê o sujeito que vivenciou o trauma da violência como alguém permanentemente marcado por ela, e sim como alguém capaz de ressignificar sua história e retomar sua autonomia. Essa abordagem se torna um instrumento de resistência contra as dinâmicas opressivas da violência, pois coloca a pessoa no centro do processo de transformação. Garantir um atendimento baseado nesses princípios significa romper com ciclos de revitimização e oferecer às vítimas um espaço para que reconstruam sua identidade e seu senso de pertencimento.

A Teoria da Personalidade na ACP parte do princípio de que cada indivíduo possui uma tendência atualizante⁽⁹⁾. No entanto, esse processo pode ser prejudicado por experiências de violência, especialmente quando a pessoa cresce em um ambiente que não oferece segurança psicológica, aceitação e empatia. A personalidade se organiza a partir da experiência subjetiva, sendo que a construção do *self* ocorre em resposta às interações com o meio⁽⁸⁾.

Quando a pessoa vive em um ambiente que oferece consideração positiva incondicional, ela consegue integrar suas experiências de forma autêntica e desenvolver um self congruente. Em contextos violentos, no entanto, a tendência atualizante pode ser bloqueada, levando a uma desconexão entre a experiência orgânica e a autoimagem da pessoa – um fenômeno que Rogers chamou de incongruência. No entanto, se faz pertinente o questionamento sobre quem é que vive em um ambiente que oferece total consideração positiva incondicional? Diante das diversas formas de opressão presentes na sociedade e algumas são citadas nesse artigo, cabe ressaltar que a violência está presente na realidade concreta de todas as pessoas, direta ou indiretamente, e o sofrimento não se restringe à incongruência.

A violência afeta diretamente a construção do *self*, especialmente quando ocorre em contextos nos quais o indivíduo deveria encontrar segurança e apoio. De acordo com Rogers⁽⁹⁾, o desenvolvimento saudável da personalidade ocorre quando a pessoa se sente aceita e valorizada, mas, quando exposta a relações de poder opressivas, pode internalizar crenças limitantes sobre si mesma. Isso acontece porque, ao longo da vida, as pessoas desenvolvem o que Rogers chamou de condições de valor, ou seja, padrões que determinam quando são aceitas ou não pelo ambiente social.

Por exemplo, uma pessoa que cresce em um ambiente patriarcal e violento pode aprender que seu valor está condicionado à submissão e ao silêncio. Uma vítima de racismo pode ser levada a acreditar que tem menos valor social, o que afeta sua autoestima e suas escolhas de vida. Essas condições de valor geram um self distorcido e limitam o potencial da pessoa.

No entanto, a ACP enfatiza que, mesmo em situações de trauma e violência, a tendência atualizante não é destruída – ela pode estar bloqueada, mas continua presente. Esse é um ponto central para o trabalho com pessoas que vivenciaram violências: reconhecer que, com um ambiente favorável, podem reconstruir sua autoimagem e retomar sua autonomia.

Na ACP, há a hipótese de uma tendência direcional formativa no universo e em todos os organismos, uma tendência evolutiva que os conduz a uma maior complexidade. É essa formatividade que sustenta a Vida e alcança a pessoa, os seus encontros e as oportunidades que não estão limitados ao crescimento do caso particular da personalidade⁽¹⁰⁾.

Hoje, se faz necessário pensar se essa confiança que Rogers lança sobre processos coletivos não recai num reducionismo da complexidade das relações humanas, incorrendo no risco de não considerarmos, dentro das Teorias da ACP, as proposições das Ciências Sociais sobre os fenômenos de conflitos e violação de direitos. A violência também evolui de um ponto simples para uma maior complexidade, falar-se-ia, então, de uma formatividade na violência?

Os grupos de encontros são descritos como um método de trabalho que pretende acentuar o crescimento pessoal e a comunicação em uma relação grupal⁽¹¹⁾. O grupo possui a capacidade de se autodirecionar e o papel do facilitador é propiciar um ambiente favorável para o desenvolvimento do grupo e promover a oportunidade de os participantes vivenciarem os propósitos da tendência formativa em um processo criativo e vivenciando a sua própria totalidade complexa⁽¹²⁾, que também inclui a reprodução da violência.

Um grupo de encontro realizado como modalidade de intervenção psicológica na área da saúde pública, mostrou que mulheres que tiveram experiências de violência intrafamiliar encontraram no grupo uma forma de falarem sobre si, de seus desejos e aflições⁽¹³⁾. Os resultados mostraram que o grupo de encontro foi uma importante estratégia de saúde pois possibilitou que assuntos sobre a violência pudessem surgir e também, que fossem elaboradas estratégias de superação do trauma.

A ACP é uma postura de respeito diante do ser humano como sendo um portador de um valor próprio e inalienável e que diante desse olhar nascem consequências para as relações interpessoais. Então, A ACP se constitui como uma ética das relações humanas⁽¹⁴⁾. A violência, em suas diversas formas, impacta profundamente a vida das pessoas e pode gerar danos irreparáveis. No entanto, abordagens como a ACP demonstram que é possível criar caminhos para a superação e o fortalecimento das vítimas. Mais do que um método terapêutico, essa abordagem se apresenta como um modelo ético de relações humanas, promovendo respeito, dignidade e transformação social.

Para Rogers⁽¹⁵⁾, a transformação ocorre quando a pessoa consegue acessar seu self genuíno e confiar novamente em sua capacidade de crescimento. No contexto da violência, isso significa sair da posição que é imposta à pessoa para assumir um papel ativo na própria recuperação.

A violência é um fenômeno multifacetado e de grande impacto dentro da comunidade, o que exige o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento no campo de pesquisa e atuação dos profissionais de psicologia. A ACP, com seu arcabouço teórico e prático, oferece um modelo responsável para lidar com essa questão complexa. Assim, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de identificar como profissionais e estudiosos que utilizam a ACP em sua prática estão compreendendo a violência dentro do contexto brasileiro. Além disso, busca-se explorar os estudos existentes sobre essa temática, que continua sendo ampla e desafiadora.

METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de revisão integrativa da literatura. A revisão integrativa é um método que proporciona a análise do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática⁽¹⁶⁾. Sob esse viés foi elaborada a seguinte questão norteadora: “Como a Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) brasileira aborda o fenômeno da violência nos aspectos teóricos e práticos?”

As buscas na literatura foram conduzidas pelas plataformas PePSIC (Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar e Portal de Periódico CAPES. Com intuito de selecionar os artigos foram utilizados os descritores: “Abordagem Centrada na Pessoa”, “Brasil”, “Carl Rogers”, “Psicologia”, “Violência”, utilizando os operadores booleanos “AND” e “OR” para fazer a integração entre elas.

Como critérios de inclusão foi estabelecido o período de 2014-2024, com publicações avaliadas por pares e publicadas em português. Tivemos o total de 92 produtos. Como critério de exclusão, foram desconsiderados aqueles estudos que não abordaram temáticas relacionadas com o objetivo desta revisão, além dos repetidos ou duplicados, totalizando 76 estudos.

A partir desse levantamento, foi adotado como forma de seleção da literatura avaliação de dois juízes, norteados pela seguinte pergunta: “O presente estudo menciona a violência no contexto brasileiro, associada à Abordagem Centrada na Pessoa” que levaram em consideração apenas artigos que tratassem dos temas violência e abordagem centrada na pessoa dentro do mesmo estudo. Sendo assim, após os dois juízes realizarem a leitura de títulos, resumos, palavras chaves visando os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para o presente estudo, restaram um total de 4 artigos na revisão final.

Após a seleção dos artigos, foi realizada a extração dos dados dos estudos incluídos. Nesta etapa, foram coletados dados como título, autor e ano, objetivo do estudo e os principais resultados desses estudos, assim como foram destacados em fichamentos os pontos mais importantes de

cada texto, de modo a poder realizar o cruzamento entre os dados dos demais periódicos. Estas informações foram coletadas para possibilitar a síntese dos resultados relacionados ao tema.

RESULTADOS

A quantidade de pesquisas relacionadas à temática mostrou-se reduzida, apesar de um número significativo de estudos ter sido identificado nas plataformas de pesquisa. Especificamente, a Abordagem Centrada na Pessoa aplicada à violência apresentou uma representação limitada na literatura. Em relação aos estudos incluídos na pesquisa, apresentados no quadro 1, os resultados foram diversos e analisaram os impactos da violência nos indivíduos. Esses estudos abordaram a temática sob a perspectiva da ACP e destacaram a característica multidisciplinar desse campo de investigação.

Observa-se que os estudos analisados foram publicados entre os anos de 2014 e 2024, com a maior parte sendo de natureza qualitativa, refletindo a abordagem investigativa da ACP. Além disso, constatou-se que a temática da violência é predominantemente abordada em contextos clínicos. O quadro a seguir apresenta uma síntese dos quatro estudos incluídos.

O artigo “Reflexões sobre o comportamento suicida e o plantão psicológico”⁽¹⁷⁾, acolheu 394 pessoas em 522 atendimentos. O serviço permite um atendimento inicial com possibilidade de dois retornos. Foram identificadas nove categorias de queixas e demandas com relação ao perfil clínico (noção do eu; plantão psicológico; comportamento suicida; relações humanas; violência; processos de saúde; luto; ocupação e sustento; álcool e outras drogas). Os relatos de violência analisados representaram 9,30% dos atendimentos, distribuídos em subcategorias que expressam atos de crueldade em suas variadas formas. A subcategoria abuso, que inclui violência física, psicológica e sexual, foi a mais frequente, correspondendo a 59,38% dos casos dentro dessa categoria. Um dos casos mais impactantes foi o de uma usuária que, após perder a mãe aos dois anos, foi vendida pelo próprio pai. Durante a infância e adolescência, sofreu abusos frequentes por parte da mãe adotiva e do irmão adotivo. A única pessoa que acreditava que a amava, o pai adotivo, também a violentou sexualmente. Esse caso é representativo da diversidade e da profundidade das experiências de abuso relatadas no PP, 80% dos relatos de abuso foram encontrados em atendimentos de mulheres, o que reforça a ideia de que a violência de gênero ainda é uma realidade marcante no Brasil, apesar dos avanços nas políticas de proteção à mulher. Além disso, os dados confirmam o que já é apontado na literatura: na maioria dos casos, o agressor reside com a vítima, tornando o abuso contínuo e de difícil denúncia⁽¹⁸⁾.

A subcategoria homofobia correspondeu a 21,88% dos relatos de violência. Muitas vítimas relataram terem sofrido rejeição familiar intensa, acompanhada de violência física e psicológica, especialmente por parte de pais e irmãos. Um dos usuários atendidos relatou que foi rejeitado pela família, sofrendo agressões do pai e do irmão devido à sua orientação sexual. O impacto dessa violência foi tão profundo que ele mesmo passou a rejeitar homossexuais e, consequentemente,

não se aceitar. Esse caso ilustra como a homofobia pode gerar um deslocamento do centro do poder pessoal, afetando a construção da personalidade e da autoestima do indivíduo⁽⁸⁾. A exclusão social gerada pela homofobia não apenas perpetua o preconceito, mas também fragiliza o sujeito, levando a conflitos internos severos e à deterioração da noção de si mesmo.

Além da violência física, psicológica, sexual e da homofobia, apareceram também as subcategorias automutilação (15,63%) e racismo (3,13%). A automutilação foi relatada como um mecanismo de enfrentamento para lidar com a dor emocional gerada pela violência sofrida. Muitas vítimas recorreram a esse comportamento como forma de expressar o sofrimento interno que não conseguiam verbalizar. Os relatos de racismo revelaram o impacto do preconceito racial na saúde mental dos indivíduos. Além da discriminação direta, muitos usuários relataram um sentimento de exclusão e desvalorização social, reforçando a ideia de que o racismo afeta não apenas a trajetória social, mas também a estrutura psicológica do sujeito.

Os dados do Plantão Psicológico, nos estudos do corpus dessa pesquisa⁽¹⁷⁾, evidenciam que a violência, em suas múltiplas formas, é um dos principais fatores associados ao sofrimento psíquico e ao comportamento suicida. O fato de que, em uma única sessão, muitos usuários conseguem acessar e compartilhar suas experiências mais dolorosas destaca o papel crucial do acolhimento psicológico na promoção da saúde mental e na prevenção de agravos mais severos. O PP se mostra um espaço de escuta qualificada que permite que os indivíduos expressem suas feridas mais profundas, promovendo a reconstrução da noção de si e o resgate da dignidade. Esses achados ressaltam a necessidade de políticas públicas mais eficazes no combate à violência e à discriminação, bem como a importância de serviços psicológicos acessíveis para acolher e oferecer suporte às pessoas que sofreram violências com ideação/tentativa de suicídio.

Quadro 1. Características dos estudos incluídos na revisão.

CARACTERÍSTICAS DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO				
TÍTULO DO ARTIGO	AUTORES	ANO	OBJETIVOS DO ESTUDO	RESULTADOS ENCONTRADOS
Criança vítima de violência sexual: Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa	Campos JL	2016	O objetivo da pesquisa foi descrever e discutir um modo de atuação profissional em Psicologia, segundo os pressupostos da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), no atendimento a uma criança vítima de violência sexual, no contexto do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).	Concluiu que a ACP, quando aplicada com sensibilidade e respeito ao ritmo da criança, pode ser uma ferramenta poderosa para ajudar no processo de superação dos traumas da violência sexual. A confiança na capacidade da criança de encontrar suas próprias respostas e a criação de um ambiente seguro e acolhedor foram fundamentais para o sucesso da intervenção.
Diálogos entre a Abordagem Centrada na Pessoa e o Racismo	Barbosa J da S, Tozatto A, Resgala Júnior RM.	2023	O objetivo principal desta pesquisa é discutir a construção histórica do racismo no Brasil e suas implicações na saúde mental dos indivíduos negros, além de refletir sobre a aplicação da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) de Carl Rogers na compreensão da subjetividade do sujeito negro.	A ACP oferece uma base útil para entender a saúde mental dos indivíduos negros, mas é necessário ampliar a reflexão para incluir as dimensões políticas, sociais e históricas que afetam sua subjetividade. A psicologia deve se engajar na luta antirracista, promovendo práticas inclusivas e justas.
Sofrimento lésbico e plantão psicológico: uma compreensão da Abordagem Centrada na Pessoa	Teixeira EO, Souza S, Franken I, da Silva MO, Felix VS, e Oliveira RA da SC, de Oliveira TRA	2024	O objetivo da pesquisa foi desenhar o perfil sociodemográfico da população feminina LGBTQIAP+ usuária de um serviço de Plantão Psicológico (PP) e compreender, sob o enfoque teórico-prático da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), as demandas e queixas apresentadas por essas mulheres no atendimento emergencial	Revelou que as mulheres LGBTQIAP+ enfrentam desafios significativos relacionados à sua identidade e orientação sexual, resultando em sofrimento mental e violência. O Plantão Psicológico, com sua abordagem centrada na pessoa, mostrou-se uma ferramenta importante para ajudar essas mulheres a lidar com suas demandas emocionais e psicológicas.
Reflexões sobre o comportamento suicida e o plantão psicológico	Teixeira EO, Souza S, da Silva MO, Franken I, Felix VS, de Oliveira TRA, e Oliveira RA da SC.	2024	O objetivo do estudo foi desenhar o perfil sociodemográfico dos usuários do Plantão Psicológico (PP) da Clínica-Escola de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no ano de 2019, e compreender, sob o enfoque teórico-prático da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), as queixas e demandas dos usuários relacionadas ao comportamento suicida, a partir dos prontuários preenchidos pelos plantonistas.	Elaborou um perfil sociodemográfico detalhado dos usuários, identificou as principais queixas e demandas clínicas relacionadas ao comportamento suicida e confirmou a importância do Plantão Psicológico como serviço de acolhimento, prevenção e saúde mental, especialmente sob a perspectiva da ACP.

Fonte: dados da pesquisa.

O artigo "Sofrimento lésbico e plantão psicológico: uma compreensão da abordagem centrada na pessoa" investiga o sofrimento psíquico de mulheres lésbicas e bissexuais em um serviço de Plantão Psicológico (PP), fundamentado na Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). O estudo traça o perfil sociodemográfico dessas mulheres e analisa suas demandas e queixas sob a perspectiva da ACP. A análise das participantes revelou um perfil sociodemográfico predominantemente jovem e de baixa renda, características que podem influenciar tanto o acesso aos serviços de saúde mental quanto a forma como lidam com as dificuldades emocionais. A maioria das participantes

eram jovens paraibanas (88,9%), com idade mediana de 23 anos, solteiras (88,9%), residentes em João Pessoa (80%) e morando com a família (90%). Metade não possuía religião, 66% eram estudantes, 60% tinham renda familiar de até três salários mínimos e 50% renda pessoal de até um salário mínimo. Todas buscaram o serviço por demanda espontânea, 50% por indicação de amigos ou familiares, sendo o primeiro atendimento psicológico para 60% delas. A maioria não possuía diagnóstico de saúde mental (80%) e não fazia uso de medicação (88,9%).

Ao explorar suas queixas, três categorias principais emergiram: (1) Distanciamento de Si (50%), que inclui incongruência (23,53%), ausência de consideração positiva (20,59%) e sintomas fisiológicos (5,88%); (2) Violência (26,47%), englobando homofobia (17,65%), comportamentos suicidas (5,88%) e importunação sexual (2,74%); e (3) Congruência (23,53%), referente à coerência interna e autenticidade das participantes.

Entre as categorias emergentes, a violência foi um fator expressivo no sofrimento das participantes, manifestando-se principalmente como homofobia, comportamentos suicidas e importunação sexual. Esses achados corroboram pesquisas anteriores que indicam a dupla vulnerabilidade das mulheres lésbicas, resultante da interseção entre violência de gênero e homofóbica⁽²⁰⁾.

Os dados apontam para a homofobia como um fator central de sofrimento psíquico entre as participantes. Conforme destacado no estudo, a homofobia não apenas exclui e inferioriza as pessoas LGBTQIAP+, mas também restringe suas possibilidades de existência, afetando diretamente sua identidade e subjetividade. Esse impacto se reflete nos relatos das participantes, que descreveram experiências de rejeição familiar, discriminação no ambiente de trabalho e insegurança ao expressar sua orientação sexual em espaços públicos.

Além da violência física e verbal, a internalização da homofobia se manifestou na construção da autoimagem das participantes. A estrutura do eu é formada a partir da interação entre o organismo e o meio, e a discrepância entre essa estrutura e o Eu-Ideal pode gerar sofrimento psicológico significativo⁽⁸⁾. Os dados reforçam essa perspectiva, uma vez que muitas participantes relataram sentimentos de inadequação, baixa autoestima e medo constante de rejeição. Como ilustrado por um dos depoimentos: Por muito tempo, achei que havia algo de errado comigo. Eu tentava mudar, ser quem minha família queria que eu fosse, mas isso só me fazia sentir pior⁽¹⁷⁾.

Esses achados sugerem que a violência homofóbica não apenas impõe barreiras sociais e institucionais às mulheres lésbicas, mas também interfere em seu desenvolvimento psicológico, contribuindo para estados de ansiedade, depressão e comportamentos autodestrutivos. Dentro da perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa, percebe-se que a violência homofóbica afeta diretamente a congruência das participantes, aumentando a distância entre o Eu e o Eu-Ideal, conforme descrito na literatura⁽⁸⁾. Isso ressalta a importância de intervenções psicológicas baseadas na aceitação e na valorização da experiência subjetiva dessas mulheres, oferecendo um espaço onde possam reconstruir uma autoimagem mais integrada e menos marcada pela rejeição.

O artigo "Diálogos entre a Abordagem Centrada na Pessoa e o Racismo" levanta questões fundamentais sobre o impacto da violência racial na subjetividade e os desafios da Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) diante dessa realidade. O racismo, enquanto forma de violência estrutural, vai além das agressões físicas, manifestando-se de maneira simbólica, cultural e institucional. Ele estrutura as relações sociais e individuais, afetando diretamente a forma como sujeitos negros percebem a si mesmos e são percebidos pelos outros.

Nesse contexto, a ACP surge como uma ferramenta valiosa, mas também desafiada a adaptar-se às especificidades dessa problemática. A teoria rogeriana destaca que o self é moldado pela interação entre o indivíduo e o ambiente, sendo essencial um espaço de aceitação, empatia e congruência para o desenvolvimento pleno. No entanto, para pessoas negras, esse ambiente frequentemente se configura como um espaço de rejeição, estigmatização e exclusão, reforçados por uma estrutura racista que limita seu potencial de crescimento psicológico.

Estudos apontam que o racismo não apenas forma, mas deforma as relações sociais, impondo ao sujeito negro uma identidade construída sob os moldes da branquitude⁽²¹⁾. A ausência de representatividade e os padrões eurocêntricos de beleza reforçam sentimentos de inadequação e baixa autoestima, o que se traduz em uma violência simbólica constante. Esse processo é exemplificado na música Autoestima, de Baco Exu do Blues: "foram 25 anos pra eu me achar lindo", ilustrando como a autoaceitação pode ser um processo longo e doloroso para pessoas negras.

A perspectiva da alteridade torna-se essencial nesse contexto⁽²²⁾. Para que o terapeuta centrado na pessoa possa, de fato, atender de forma eficaz sujeitos negros, é preciso reconhecer as experiências de exclusão que atravessam suas vidas. Isso exige ir além de uma visão universalista da experiência humana e adotar uma prática que leve em conta os aspectos históricos, políticos e sociais que moldam a subjetividade. A Psicologia brasileira, conforme apontado pelo Conselho Federal de Psicologia⁽²³⁾, historicamente negligenciou as questões raciais, contribuindo para uma prática que muitas vezes ignora a diversidade étnico-racial do país. Esse silenciamento reforça a necessidade de revisitar os pressupostos da ACP, ampliando sua abordagem para integrar a análise do impacto do racismo na construção do self. Apenas assim será possível oferecer um atendimento psicológico verdadeiramente centrado na pessoa, respeitando a complexidade de sua vivência e identidade.

Com relação ao artigo "Criança vítima de violência sexual: recorte de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa"⁽²⁴⁾, o objetivo foi discutir a atuação profissional em Psicologia no contexto do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). A violência sexual contra crianças ocorre quando elas são utilizadas para a satisfação sexual de um adulto ou de um adolescente mais velho, seja este responsável pela criança, tenha algum vínculo familiar ou mantenha uma relação atual ou passada com ela. Esse tipo de violência abrange diversas formas de abuso, como exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo e atos sexuais com ou sem penetração. No Brasil, qualquer contato sexual com menores de 14 anos é considerado violência presumida, independente do consentimento da vítima⁽²⁵⁾.

A pesquisa trata-se de um estudo de caso descriptivo que tem como finalidade a narrativa de uma intervenção em seu contexto de vida real⁽²⁶⁾. Revela uma experiência de atendimento psicológico baseado na ACP, de uma criança vítima de abuso sexual, na instituição, fora do contexto clínico de consultório. A criança é do sexo masculino, seis anos de idade, chamada de Miguel e os genitores serão chamados de Sueli e Luiz. O acompanhamento durou aproximadamente sete meses, totalizando treze atendimentos à criança.

O estudo descreveu que o casal se revezava nos cuidados com a criança, a mãe estava com ele na parte da manhã e o pai ficava com o filho à noite. A mãe relatou nunca ter percebido nenhuma mudança de comportamento em Miguel, todavia, certo dia ela se deparou com o genitor manipulando o órgão sexual da criança. Ele tinha aproximadamente 3 anos. Com isso, a genitora se mudou com a criança para outra cidade, mas não realizou nenhum tipo de denúncia, fato que justificou por sentir culpa sobre a violência sofrida pela criança. Após um ano, a mãe voltou a permitir o contato entre a criança e o pai, e um novo episódio de abuso foi constatado.

Levou o filho a uma Unidade de Saúde que acionou o Conselho Tutelar e denunciou o genitor, o qual, desde a denúncia não voltou a ver o filho. O serviço do PAEFI, realizou um trabalho de orientação à genitora no sentido dela não o vitimar mais do que as circunstâncias já o tinham feito.

Alguns pressupostos da ACP foram trazidos para o atendimento. A crença na tendência atualizante, fez com que o profissional confiasse genuinamente na capacidade da criança encontrar suas próprias respostas e alternativas para seus conflitos; criação de um ambiente seguro e acolhedor; evitar atitudes tutelares, quando a psicóloga não confia suficientemente nas forças de crescimento da criança; atuar como facilitadora, acolhendo as demandas e auxiliando a criança em suas descobertas. A ACP, quando aplicada com sensibilidade e respeito ao ritmo da criança, pode ser uma ferramenta poderosa para ajudar no processo de superação dos traumas da violência sexual.

DISCUSSÃO / ANÁLISE DOS DADOS

Algumas lacunas teóricas e metodológicas podem ser identificadas quando analisamos essa questão da violência nos estudos aqui listados e que adotam a perspectiva da Abordagem Centrada na Pessoa. As principais lacunas teóricas do artigo “Reflexões sobre o comportamento suicida e o plantão psicológico”, foram: Ausência de um aprofundamento específico da ACP sobre violência e trauma. Carl Rogers desenvolveu a ACP com foco no potencial humano e na tendência atualizante, mas sua obra não aborda diretamente a violência e o trauma como temas centrais. A ACP enfatiza um ambiente terapêutico facilitador baseado em congruência/autenticidade, consideração positiva incondicional e compreensão empática, mas não desenvolve estratégias específicas para lidar com experiências de violência severa, abuso e trauma complexo.

Com relação às lacunas metodológicas, observamos que há uma limitação da análise retrospectiva e documental. O estudo se baseou em fichas sociodemográficas e prontuários, o que

oferece um retrato quantitativo e qualitativo das queixas, mas não aprofunda a experiência subjetiva dos usuários. A abordagem quantitativa permitiu descrever um perfil sociodemográfico, mas não captou como os usuários vivenciaram o atendimento e qual foi o impacto a longo prazo. Há uma falta de acompanhamento longitudinal. A pesquisa analisou usuários que, em sua maioria, passaram por apenas um atendimento, o que limita a compreensão da eficácia da ACP no tratamento de vítimas de violência. Seria relevante um estudo que acompanhasse as pessoas ao longo do tempo para entender se e como o atendimento impactou sua trajetória emocional. Também identificamos uma generalização das categorias de violência. O estudo agrupou diferentes formas de violência (física, psicológica, sexual, homofobia, racismo) dentro de uma única categoria, mas não explorou as especificidades de cada uma. Experiências de violência sexual, por exemplo, podem gerar respostas emocionais e cognitivas diferentes daquelas de racismo estrutural, exigindo uma análise mais detalhada.

No que diz respeito às principais contribuições teóricas e metodológicas que têm impulsionado o avanço no estudo da violência relacionada a ACP, destacamos essas: I) expandir a fundamentação teórica da ACP para incluir o manejo do trauma: estudos de autores contemporâneos, como o psicólogo Eugene Gendlin⁽²⁸⁾, Focalização e o psiquiatra Bessel van der Kolk⁽²⁹⁾, no livro *O corpo guarda as marcas*, podem enriquecer a compreensão do impacto da violência no self; II) adotar metodologias qualitativas mais aprofundadas, por exemplo, utilizar entrevistas fenomenológicas com os usuários do Plantão Psicológico para entender suas vivências subjetivas durante e após o atendimento; III) realizar estudos longitudinais sobre os efeitos do atendimento na ACP: investigar como o acolhimento centrado na pessoa impacta a trajetória emocional de pessoas que viveram violências ao longo do tempo; IV) aprofundar a análise das diferentes formas de violência: diferenciar melhor as categorias de violência para entender como cada tipo afeta a percepção do eu e a tendência atualizante; V) explorar como diferentes experiências violentas influenciam a busca por serviços psicológicos e a relação com o profissional da Psicologia.

A superação dessas lacunas pode ocorrer com a ampliação dos estudos teóricos sobre ACP e trauma, além do uso de metodologias qualitativas e acompanhamentos de longo prazo. Dessa forma, será possível fortalecer a ACP como uma abordagem ainda mais efetiva para lidar com os impactos psicológicos da violência e auxiliar os indivíduos a ressignificarem suas experiências.

A Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) enfatiza a importância da congruência, da consideração positiva incondicional e da compreensão empática no desenvolvimento do self. No entanto, para grupos historicamente marginalizados, como mulheres lésbicas e pessoas negras, a construção do self ocorre sob condições de rejeição social, discriminação e violência estrutural⁽³⁰⁾. Isso impõe desafios à ACP, uma vez que o ambiente social desses sujeitos frequentemente nega as condições necessárias para um desenvolvimento psicológico saudável e autêntico.

O racismo internalizado impacta a identidade dos sujeitos negros, gerando uma incongruência entre a percepção do self e as imagens impostas pela sociedade⁽³¹⁾. O racismo estrutural não só

afeta oportunidades materiais, mas também interfere na subjetividade, criando sentimentos de inadequação e baixa autoestima⁽³²⁾. A ACP, ao se basear na aceitação incondicional, precisa considerar como a exclusão sistemática de determinados grupos impossibilita a construção de um self coeso. Como aponta Rogers⁽³³⁾, a incongruência surge quando as experiências vividas pelo indivíduo não estão alinhadas com a sua percepção de si. No entanto, para pessoas que enfrentam opressões estruturais, essa incongruência é frequentemente reforçada pelo contexto social, necessitando de intervenções que reconheçam a interseccionalidade das violências vividas⁽³⁰⁾.

A ACP tem sido amplamente aplicada no atendimento individual, enfatizando um espaço de escuta ativa e aceitação incondicional. No entanto, diante dos desafios impostos pela violência estrutural, a ACP precisa expandir seu alcance para intervenções comunitárias e políticas institucionais. A literatura existente sobre ACP já reconhece sua importância no acolhimento de sujeitos vulnerabilizados, mas há um vazio teórico e metodológico sobre sua aplicabilidade em contextos coletivos e institucionais⁽³⁴⁻³⁵⁾.

Conforme apontado pelo Conselho Federal de Psicologia⁽¹⁹⁾, a psicologia brasileira tem historicamente negligenciado a questão racial, refletindo uma prática descolada das realidades vividas por sujeitos negros. Isso indica que a ACP precisa ser reformulada para considerar as influências sociais e históricas que moldam a subjetividade, permitindo que a prática psicológica atue não apenas na esfera individual, mas também no nível institucional e comunitário. Portanto, para que a ACP seja uma ferramenta efetiva contra a violência estrutural, é fundamental que sua prática esteja além da clínica individual e passe a integrar espaços coletivos e institucionais. Isso exige um reposicionamento dos terapeutas ACP, que devem atuar não apenas como facilitadores da congruência individual, mas também como agentes de transformação social.

No que tange ao artigo “Criança vítima de violência sexual: recorte de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa”, há uma escassez de diretrizes específicas para a atuação de psicólogos em contextos institucionais. A ACP enfatiza a escuta empática e a autonomia do sujeito, mas não há um corpo teórico consolidado que detalhe sua aplicação em casos de violência, especialmente no atendimento a crianças vítimas de abuso sexual. Metodologicamente, um desafio relevante é a limitação de recursos nos espaços públicos de atendimento. Muitos serviços não oferecem infraestrutura adequada para a realização de um acompanhamento terapêutico centrado na criança, o que restringe o uso de recursos expressivos e lúdicos fundamentais para a ACP. Além disso, a falta de tempo para sistematização dos atendimentos e a dificuldade de integrar o trabalho psicológico com outros na aplicação consistente da abordagem.

Para superar essas lacunas, é necessário fortalecer a produção científica sobre a ACP no contexto de violências, desenvolvendo diretrizes mais específicas para a prática profissional. A ampliação de estudos empíricos e a sistematização de casos permitirão validar e adaptar os princípios da ACP às realidades institucionais. O artigo analisa e demonstra como a ACP pode oferecer um espaço de acolhimento e reconstrução subjetiva às crianças que sofreram violência sexual.

Uma das principais contribuições teóricas está na aplicação dos princípios de Carl Rogers ao atendimento de crianças em situação de vulnerabilidade. A ideia central da ACP é que o indivíduo possui uma tendência atualizante. No contexto de violências, essa tendência pode ser bloqueada ou distorcida, tornando essencial a criação de um ambiente terapêutico seguro, onde a criança possa se expressar livremente sem julgamentos. Assim, o papel do profissional não é o de guiar ou impor direções, mas de atuar como facilitador, permitindo que a criança elabore sua experiência no seu próprio tempo. No âmbito metodológico, o estudo destaca a importância do atendimento psicossocial no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), enfatizando que o atendimento deve priorizar a escuta ativa e a criação de um vínculo seguro entre a criança e o profissional.

O estudo evidencia que a ACP, aplicada ao atendimento de crianças vítimas de violência sexual, oferece uma alternativa sensível e eficaz dentro das políticas públicas. Destaca-se a importância de evitar a revitimização e ao valorizar a escuta empática e a autonomia da criança, essa abordagem não apenas auxilia na superação do trauma, mas também contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e para a construção de uma rede de proteção mais humanizada e respeitosa.

CONCLUSÃO / CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivou-se realizar uma revisão integrativa sobre as produções brasileiras em artigos científicos sobre a práxis da Abordagem Centrada na Pessoa em contextos de violência, especificamente, no período de 2014 a 2024. Para isso, foram utilizados quatro bancos de dados virtuais (PePSIC; SciELO; Google Scholar; Portal de Periódicos CAPES). Formaram o *corpus* final da pesquisa um total de 4 publicações, o que registra um quantitativo bem diminuto de trabalhos da comunidade científica da ACP brasileira que se debruçam sobre o fenômeno da violência. É fundamental considerar os resultados apresentados com reserva, pois o estudo tem limitações, como a quantidade de bases de dados utilizadas e o foco exclusivo em textos e periódicos nacionais. Além do mais, existe um cenário de produções da ACP que se manifesta em publicações em livros e capítulos, o que sugere a necessidade de uma revisão narrativa para complementar este estudo. Futuras pesquisas poderiam se beneficiar de comparar os resultados encontrados com revisões internacionais sobre o tema.

Faz-se notar que, embora a violência seja um fenômeno multifacetado, as investigações que os profissionais centrados na pessoa realizam sobre a temática se restringem ao campo da Clínica. Grande parte da teorização da ACP ainda situa a questão da violência a um aspecto individualizante, sob uma lente que enquadra as experiências das vítimas em processos de personalidade. A partir de uma perspectiva interdisciplinar, pondera-se que a sinonímia da Abordagem Centrada na Pessoa como uma Psicologia das Atitudes Facilitadoras é limitante e pode ser problemática. Ainda que Rogers tenha qualificado as 6 condições da Teoria da Mudança

Terapêutica de Personalidade como “necessárias e suficientes”, as vicissitudes que complexificam as violências estruturais e suas consequentes experiências de subjetivação apontam para o reconhecimento de insuficiências na teorização e na prática da ACP.

Porquanto, os dados obtidos expressam pouca exploração metodológica no delineamento de pesquisas, sobretudo de caráter qualitativo. Relatos e estudos de casos são os mais frequentes, contudo carecem de acompanhamentos mais longitudinais. Sobre isso, outras pesquisas apontam o quanto, nas pesquisas clínicas da ACP no Brasil, estudos de caso pouco têm suscitado inovações teóricas⁽³⁶⁾. Além do mais, é pertinente considerar contribuições e avanços para além de Rogers quando se dispõe do arcabouço teórico da ACP na intervenção de ajuda às situações de violência, bem como uma melhor aproximação e apropriação das caracterizações e estudos sobre os fenômenos de violência, dentro de suas especificidades.

Consideramos que a Abordagem Centrada na Pessoa, assim como a Psicologia como um todo, necessita interpelar sua práxis ao considerar condicionantes e determinantes históricos, sociais e políticos que moldam a subjetividade e as experiências de adoecimento, saúde e bem-viver, o que implica superar a herança ocidentalizada e colonial de constante individualização dos fenômenos da vida, inclusive a violência – como se não houvesse atravessamentos estruturais e aspectos, em grande medida, maiores que o indivíduo. Ao assumir a prerrogativa de centrada na pessoa, a ACP precisa propor uma atuação científica e profissional para todas as pessoas, inclusive as pessoas autoras de violência, por exemplo. Tal proposição situa a pertinência da abordagem não apenas para “depois da violência”, mas também na prevenção dela. Nesse sentido, outros campos de atuação, historicamente pouco visibilizados na ACP brasileira, podem e devem formular estudos e contribuições, tais como na Educação, nos ambientes Organizacionais e de Trabalho, na atuação Comunitária, na formulação de estratégias e políticas públicas para serviços Psicossociais e Jurídicos, entre outros. Urge pisar num chão para além da Clínica. Igualmente, urge radicalizar a concepção de que a Abordagem Centrada na Pessoa é uma ética — a qual precisa materializar-se como engajamento político multifacetado, pois os fenômenos do mundo vivido, como a violência, assim nos exigem.

REFERÊNCIAS

1. Dahlberg LL, Krug EG. Violência: um problema global de saúde pública. Ciência Colet. 2006;11:1163-78.
2. Bernaski J, Sochodolak H. História da violência e sociedade brasileira. Oficina do Hist. [Internet]. 2018 jul 29 [citado 2025 mar 24];11(1):43-60. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/oficinadohistoriador/article/view/24181>
3. Da Silva MAB. Racismo institucional: pontos para reflexão. Laplage em Rev. 2017;3(1):127-36.
4. Teodoro C. Violência sexual na infância: gênero, raça e classe em perspectiva interseccional. Zero-a-seis. 2022;24:6.
5. O'Hara M. Empatia social: encontrando a sabedoria comum. In: Tassinari MA, Durange W, organizadores. Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV; 2019.

6. Gomes I. Reflexão sobre os limites e possibilidades de empatia na escuta de mulheres negras. In: Tassinari MA, Durange W, organizadores. Empatia: a capacidade de dar luz à dignidade humana. Curitiba: CRV; 2019.
7. Brito RM de M, Germano IMP. Focalização: um recurso para a simbolização da experiência a partir do corpo. Memorandum [Internet]. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6865>
8. Rogers CR, Kinget GM. Psicoterapia e Relações Humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva. 2^a ed. Belo Horizonte: Interlivros; 1977.
9. Rogers CR. Terapia Centrada no Cliente. São Paulo: Martins Fontes; 1974.
10. Sousa AF. Auto-regulação, tendência atualizante e tendência formativa. In: Cavalcante Junir FS, Sousa AF, organizadores. Humanismo de funcionamento pleno: tendência formativa na abordagem centrada na pessoa - ACP. Campinas, SP: Editora Alínea; 2008.
11. Rogers C. Grupos de encontro. 8^a ed. Proença JL, tradutor. São Paulo: Martins Fontes; 2002. Obra originalmente publicada em 1978.
12. Rogers CR, Wood JK, O'Hara MM, Fonseca AHL. Em busca de vida: da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa. Trad. Fonseca AHL. São Paulo: Summus; 1983.
13. Moreira V. Grupo de encontro com mulheres vítimas de violência intrafamiliar. Estud psicol (Natal) [Internet]. 1999 jan;
14. Amatuzzi MM. Ética humanista e psicoterapia. 2^a ed. Campinas: Editora Alínea; 2012.
16. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Integrative review: what is it? How to do it? Einstein (São Paulo). 2010;8:102-6.
17. Teixeira EO, et al. Reflexões sobre o comportamento suicida e o plantão psicológico. Contribuciones a Las Ciencias Sociales. São José dos Pinhais. 2024;17(1):6452-6469.
18. Siqueira CA, Rocha ESS. Violência Psicológica contra a mulher: uma análise. 2019.
19. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) em políticas públicas de enfrentamento ao racismo. Brasília: CFP; 2017.
20. CARDOSO MR, FERRO LF. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. Psicologia: Ciência e Profissão. 2012;32(3):552-563.
21. Sá RL, Magalhães HV. Rizoma e racismo. Revista Letra Magna. 2022;18(29):22-33.
22. Alvim MB. A Gestalt-terapia na Fronteira: Alteridade e Reconhecimento como Cuidado. Estudos e Pesquisas em Psicologia. 2019;19:880-895.
23. Conselho Federal de Psicologia. Relações Raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos(os). Brasília: Conselho Federal de Psicologia; 2017.
24. Campos JL. Criança Vítima de violência sexual: recortes de um caso atendido na abordagem centrada na pessoa. Psicol. inf. 2016;20(20):25-47.
25. Associação Brasileira Multi-profissional de proteção à infância e adolescência (ABRAPIA). Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados; 1997.
26. Yin RK. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman; 2001.
27. Gendlin ET. Uma via de acesso à sabedoria corporal. Mendes CS, tradutor; Messias JCC, revisor técnico. São Paulo: Gaia; 2006.
28. Gendlin ET. Psicoterapia orientada à focalização: um manual do método experiencial. Pereira PA, tradutor. São Paulo: Paulus; 2024.
29. Van der Kolk B. O corpo guarda as marcas: cérebro, mente e corpo na cura do trauma. Sextante; 2020.
30. Crenshaw K. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. Univ Chic Leg Forum. 1989;1989(1):139-167.
31. Fanon F. Peau noire, masques blancs. Paris: Éditions du Seuil; 1952.
32. Almeida S. Racismo estrutural. São Paulo: Pôlen; 2019.
33. Rogers CR. A theory of therapy, personality and interpersonal relationships as developed in the client-centered framework. In: Koch S, editor. Psychology: A study of a science. Vol. 3. New York: McGraw-Hill; 1959. p. 184-256.
34. Pupo LR, Ayres JR. Atenção psicológica centrada na pessoa como estratégia de acolhimento em saúde: compreensões na perspectiva da vulnerabilidade. Psicologia, Teoria e Pesquisa. 2013;29(4):403-11.

35. Trzan-Ávila LO, Jacó-Vilela AM. Carl Rogers, práticas psicológicas e a invenção da terapia centrada no cliente. Estudo Pesquisa em Psicol. 2012;12(3):926-45.
36. Pinheiro RF, Castelo Branco PC. Pesquisas clínicas em Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil: Revisão sistemática. Psicologia e Saúde em Debate. 2024;10(2):379-92.

